Advocacia do Senado Federal

Núcleo de Assessoramento e Estudos Técnicos - NASSET

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO CRISTIANO ZANIN, EMINENTE

RELATOR DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 7.633/DF.

Autor:

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Requerido:

CONGRESSO NACIONAL

O SENADO FEDERAL, por meio da ADVOCACIA DO SENADO FEDERAL, nos

termos do art. 52, XIII, da Constituição da República, e dos artigos 205, §§ 3º e 5º, 80 e

31 do Regulamento Administrativo do Senado Federal (com a redação conferida pelo Ato

da Comissão Diretora n. 14, de 2022), vem à presença de Vossa Excelência interpor, com

fundamento no art. 1.021 do CPC, o recurso de

AGRAVO REGIMENTAL

COM PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Em razão da decisão monocrática prolatada por Vossa Excelência, pela qual foi

suspensa a eficácia, com efeitos ex nunc, de disposições contidas na Lei n. 14.784/2023,

conforme as razões de fato e de direito adiante coligidas.

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Bloco 02 – Ed. Senador Ronaldo Cunha Lima – 1º andar – Av. N2 – CEP 70165-900 - Brasília – DF – Telefone: 55 (61) 3303-4750 – Fax: 55 (61) 3303-2787 – advocacia@senado.leg.br

1



## Advocacia do Senado Federal Núcleo de Assessoramento e Estudos Técnicos – NASSET

Ι

#### SÍNTESE DO FEITO.

- 1. Cuida-se da ação direta de inconstitucionalidade n. 7.633, movida pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e representado pelo Advogado-Geral da União em face de disposições da Lei n. 14.784, de 27 de dezembro de 2023, que "prorroga até 31 de dezembro de 2027 os prazos de que tratam os arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e o caput do § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e dá outras providências".
- 2. O autor afirma que a aludida lei teria incidido em violação do art. 113 do ADCT, inserido pela Emenda Constitucional n. 95, de 2016, que preconiza que "a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro".
- 3. Sustenta que
- (...) a proposição normativa que originou a Lei n° 14.784/2023 não foi acompanhada, em nenhuma das etapas de sua tramitação legislativa, da estimativa apropriada do impacto orçamentário e financeiro da desoneração. A ausência de avaliação prospectiva do impacto orçamentário e financeiro proporcionado pela concessão de renúncia de receita tributária viola o compromisso procedimental estabelecido, em bloco, pelos artigos 150, § 6°; 165, §§ 2° e 6°, da Constituição e pelo artigo 113 do ADCT, o que compromete a legitimidade constitucional das disposições impugnadas.
- 4. O Presidente da República invoca disposições da LDO 2023 e da Lei de Responsabilidade Fiscal como paradigma de controle de constitucionalidade de leis de direito financeiro, a sustentar a existência de um bloco de normatividade, dentro do qual as ditas disposições infraconstitucionais se acoplariam como parâmetro de controle com fundamento nos §§2º e 6º do art. 165 do texto constitucional.
- 5. Aduz, ainda, suposta inconstitucionalidade do Ato do Presidente que prorrogou parcialmente a eficácia da Medida Provisória n. 1.202/2024.
- 6. O feito foi distribuído por dependência ao eminente Ministro Cristiano Zanin.



## Advocacia do Senado Federal

#### Núcleo de Assessoramento e Estudos Técnicos - NASSET

- 7. No dia 25 de abril de 2024, o Relator concedeu medida cautelar "apenas para suspender a eficácia dos arts. 1°, 2°, 4° e 5° da Lei n. 14.784, de 27 de dezembro de 2023, enquanto não sobrevier demonstração do cumprimento do que estabelecido no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (com a oportunidade do necessário diálogo institucional) ou até o ulterior e definitivo julgamento do mérito da presente ação pelo Supremo Tribunal Federal, conforme o caso".
- 8. A decisão monocrática, submetida imediatamente a referendo do Plenário virtual (26/4/2024 a 6/5/2024), funda-se em aparente violação do disposto no art. 113 do do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, como requisito formal de constitucionalidade. Neste ponto, Sua Excelência pontua que "essa necessária compatibilização das leis com o novo regime fiscal decorre de uma opção legislativa. Não cabe ao Supremo Tribunal Federal fazer juízo de conveniência e oportunidade sobre o conteúdo do ato normativo, mas apenas atuar em seu papel de judicial review, ou seja, de verificar se a lei editada é compatível com a Constituição Federal".
- 9. Por fim, a decisão ainda menciona, em juízo perfunctório, a possível verossimilhança da alegação de que o art. 195, § 9°, c/c o art. 30 da Emenda Constitucional n. 103, de 2019, afastaria a possibilidade de prorrogação de regime de desoneração.
- 10. Como se verá, a decisão se fundamentou em pressupostos fáticos equivocados. Antes, no entanto, abrir-se-á tópico específico para impugnar a própria validade da tutela de urgência deferida, porquanto contrária às normas processuais de regência e violadora do devido processo legal constitucional.

II

NULIDADE DA DECISÃO AGRAVADA.

CONTRARIEDADE MANIFESTA À LEI FEDERAL QUE REGE A ADI.



## Advocacia do Senado Federal

#### Núcleo de Assessoramento e Estudos Técnicos - NASSET

- 11. Em primeiro lugar, é preciso destacar que a decisão monocrática do eminente Ministro Cristiano Zanin não observa os preceitos legais impositivos atinentes à espécie.
- 12. Com efeito: a Lei n. 9.868, de 10 de novembro de 1999, que rege o processo constitucional de controle concentrado pelos instrumentos de ADI e de ADC, jamais previu a possibilidade de deferimento de medida cautelar por decisão monocrática do relator.
- 13. Não se trata de mera omissão legislativa, e isso por duplo fundamento: primeiro, porque a lei trata especificamente da possibilidade de deferimento monocrático, mas apenas em uma hipótese, qual seja, a de decisão pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, restrita ao período de recesso da Corte; segundo, porque a Lei que rege a ADPF, e que lhe é contemporânea, previu especificamente a competência extraordinária e excepcional do relator para o deferimento de cautelar monocrática.
- 14. Assim, é claro que a legislação de regência no caso das ações diretas de inconstitucionalidade não autoriza o relator a deferir medidas cautelares monocraticamente. A inobservância da norma processual não perfaz costume constitucional, em especial porque em cada ocasião o Poder Legislativo, e particularmente o Senado Federal, tem registrado a sua irresignação tal como agora.
- 15. E mais: a norma é especial e aplica-se apenas ao Supremo Tribunal Federal, de tal modo que se torna induvidosa a sua prevalência sobre eventual disposição do Regimento Interno dessa Corte, que não pode afastar incidência de lei que trata inteiramente da matéria e que, ao mesmo tempo, tem natureza especial.
- 16. A inconformidade do procedimento jurisdicional em face da lei ainda se demonstra agravada pela manufatura de um prazo de informações (de dez dias) que, contudo, não apresenta ressonância nas disposições procedimentais aplicáveis. Com efeito, o prazo de informações em cautelar é de 5 (cinco) dias, enquanto o prazo das informações definitivas é de 30 (trinta) dias, tudo segundo o rito legal.
- 17. Não se pode invocar a incidência do prazo do rito do art. 12 da Lei de Regência se a cautelar foi deferida de forma monocrática e submetida a ratificação em Plenário



# Advocacia do Senado Federal

## Núcleo de Assessoramento e Estudos Técnicos - NASSET

Virtual <u>sem que sequer fossem ouvidos, tempestivamente, o Congresso Nacional e o</u> Procurador-Geral da República.

- 18. Não se olvide, ainda, que o Chefe da Advocacia-Geral da União, neste caso, deixa de observar o seu papel de curador da lei, já que assina a inicial da ADI.
- 19. Em suma, a prestação de informações no prazo de dez dias revelar-se-ia inútil, porque a decisão do Plenário antecede o termo final do aludido prazo. Trata-se de uma decisão nula, porque violadora do devido processo legal e, ainda, do princípio da independência e harmonia entre os Poderes, já que a simetria constitucional exige que uma norma aprovada pelo colegiado das duas Casas do Congresso Nacional somente tenha sua eficácia suspensa pela *maioria absoluta* dos membros do Supremo Tribunal Federal.
- 20. Assim, ocorreu ainda violação à cláusula constitucional de reserva de plenário, estabelecida pelo art. 97 da Constituição da República, conforme interpretação fixada pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante n. 10.
- 21. Não há convalidação possível desta nulidade, pois o prejuízo decorrente do descumprimento do rito legal já se faz sentir, na medida em que diversos ministros já apuseram seus votos no Pleno Virtual sem que fosse dada a oportunidade de prévia manifestação das duas Câmaras do Poder Legislativo e suprimida ainda a sua oportunidade de pedido de destaque ou de sustentação oral, já que a marcação do Plenário Virtual não permitiu o envio do vídeo com 48h de antecedência, como preconiza a norma regimental, em violação ao devido processo legal, ante a impossibilidade de as partes interessadas contribuírem a formação da convicção dos Ministros dessa Suprema Corte previamente ao julgamento.
- 22. Dessa forma, requer, preliminarmente, o reconhecimento da nulidade da decisão agravada, com imediata sustação de seus efeitos, e a devolução do prazo legal para manifestação dos interessados, tudo na forma do art. 10 da Lei n. 9.868/99.



## Advocacia do Senado Federal

## Núcleo de Assessoramento e Estudos Técnicos - NASSET

DA PRORROGAÇÃO DA DESONERAÇÃO DOS 17 SETORES. OBSERVÂNCIA DO ART. 113 DO ADCT. SUPORTE NO ART. 11 DA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 132.

- 23. Sem embargo dos fundamentos aportados pela decisão monocrática, ora sob juízo de ratificação pelo egrégio Plenário, importa sublinhar que, ao contrário do quanto se alega, o devido processo legislativo foi observado, inclusive no que tange ao disposto no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- 24. A despeito dos muitos esforços argumentativos da douta Advocacia-Geral da União, o art. 113 do texto constitucional não exige que sejam apontadas fontes de compensação.
- 25. A sua finalidade é apenas a de assegurar que o Congresso Nacional tenha prévio e adequado conhecimento acerca do impacto orçamentário e financeiro de proposta que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita. Trata-se, portanto, de requisito formal.
- Na ocasião da propositura do Projeto de Lei n. 334, de 2023, que deu origem à norma legal sob escrutínio, o texto da proposta limitava-se à prorrogação da desoneração da folha, cujo impacto orçamentário e financeiro já era conhecido do Congresso Nacional e de todo o País, pois se tratava de programa vigente e em execução no Orçamento Anual de 2023.
- 27. Desse modo, o disposto no art. 113 do ADCT sequer se colocava, na medida em que a mera prorrogação de renúncia de receita não se insere no requisito em comento, aplicável apenas para a criação ou alteração de despesa obrigatória ou de renúncia de receita, ou seja, para novos institutos ainda não vigentes.
- 28. Em abono desta tese, invoca-se o precedente do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 6.632, Relator Ministro Ricardo Lewandowski, que tratava justamente de prorrogação de desoneração da folha (art. 195, §9°, da Constituição).
- 29. Na ocasião da decisão, Sua Excelência afirmou:



#### Advocacia do Senado Federal Núcleo de Assessoramento e Estudos Técnicos – NASSET

Observa-se, assim, que, ao contrário das alegações iniciais quanto à suposta inovação legislativa, a desoneração da folha de pagamento é medida criada ainda no ano de 2011, precisamente com o intuito de gerar empregos e reduzir a carga tributária para as empresas, **não se enquadrando**, a toda evidência, no conceito de novo benefício.

Também não prospera o argumento de ofensa ao § 9º do art. 195 da CF. Com efeito, art. 30 da EC 103/2019 admite de forma expressa a manutenção do regime de substituição da base de incidência da contribuição previdenciária em vigor na data da promulgação da referida alteração constitucional.

Em que pese aos esforços argumentativos da peça de ingresso, as contribuições instituídas anteriormente à promulgação da referida emenda constitucional não sofreram a limitação de diferenciação de base de cálculo. O constituinte derivado foi assertivo ao usar o termo "instituídas", o que não se aplica à espécie, uma vez que a previsão contida na Lei 14.020/2020, como acima afirmado, não cria desoneração, apenas prorroga o regime vigente quando da promulgação da nova emenda à constituição. Com a devida vênia aos entendimentos em sentido contrário, tenho que a prorrogação do prazo de validade da substituição não pode ser considerada uma nova instituição, por não traduzir um novo regime, mas sim a manutenção de um regime já vigente e autorizado por força da EC 103/2019.

(ADI n. 6.632, Relator Min. Ricardo Lewandowski).

- 30. Sem embargo do quanto se afirmou, na primeira ocasião e, portanto, antes que a matéria fosse submetida à deliberação parlamentar o relator na Comissão de Assuntos Econômicos inseriu, mais do que satisfatoriamente, as expectativas de impacto do projeto em seu Relatório, cujo teor orientou a deliberação parlamentar naquela Comissão.
- 31. Com efeito, do Parecer de Sua Excelência lê-se o seguinte:



#### Advocacia do Senado Federal Núcleo de Assessoramento e Estudos Técnicos – NASSET

A desoneração da folha permite às empresas dos setores beneficiados pagarem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários. A ideia é que esse mecanismo possibilite a abertura de mais postos de trabalho.

Como forma de compensação pela prorrogação da desoneração, a proposição prevê também a prorrogação do aumento em 1% da alíquota da Cofins-Importação até dezembro de 2027, estimada em R\$ 2,4 bilhões.

Em relação ao impacto financeiro e orçamentário, entendemos que os estímulos previstos no projeto já existem há anos e não configuram inovação relevante no ordenamento jurídico.

Contudo, reiteramos os impactos positivos sobre o mercado de trabalho, emprego e renda da medida. Embora o gasto tributário da desoneração seja estimado pela Receita Federal do Brasil em R\$ 9,4 bilhões, o efeito positivo à economia supera os R\$ 10 bilhões em arrecadação — considerando o acréscimo de mais de 620 mil empregos dos 17 setores desonerados em 2022 e o decorrente crescimento de receitas advindas de impostos e contribuições.

- 32. Como se lê, todos os parlamentares, ao votarem, estavam plenamente informados acerca do impacto da medida, ou seja, dos gastos tributários decorrentes da desoneração.
- 33. Ao contrário do que sustenta a douta Advocacia-Geral da União, a tramitação do processo legislativo cumpriu regularmente a função exigida pela norma constitucional veiculada no art. 113 do ADCT. Não se mostra razoável, portanto, arguir a invalidade da norma legal aprovada por suposto vício formal, quando a formalidade foi plenamente atendida durante o curso do processo legislativo e antes mesmo de qualquer votação.
- 34. E mais.



## Advocacia do Senado Federal

## Núcleo de Assessoramento e Estudos Técnicos - NASSET

- 35. A leitura apresentada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ora agravado, desconsidera a existência de uma autorização constitucional para a prorrogação que se operou pela Lei n. 14.784/2023.
- 36. Com efeito: o art. 11 da Emenda Constitucional n. 132, de 20 de dezembro de 2023, que fez a Reforma Tributária, prescreve que as desonerações preservadas por força do art. 30 da Emenda n. 103 de 2019 (Reforma da Previdência), dentre as quais está incluída a que se trata na Lei sob exame, continuarão a produzir efeitos mesmo quando entrar em vigor a revogação do art. 195, I, b, da Constituição o que somente virá a ocorrer em 2027 (cf. art. 23, inc. I, da Emenda n. 132 e do art. 126 do ADCT).
- 37. Em outras palavras, o legislador constituinte de reforma **anteviu e constitucionalizou a possibilidade de prorrogação da desoneração**, inicialmente prevista para ter fim em 2023, até pelo menos o ano de 2027, o que veio a se confirmar, poucos dias depois, pela promulgação da Lei n. 14.784/2023.
- 38. Dessa forma, ainda que se compreendesse que a norma não observou o disposto no art. 113 do ADCT (o que se admite apenas por epítrope), o fato é que havia expressa autorização constitucional para a prorrogação do regime de desoneração, a afastar qualquer disposição em contrário, por sua natureza especial.
- 39. Finalmente, jamais seria possível acolher a tese da AGU no sentido da utilização de normas infraconstitucionais como paradigma de controle de constitucionalidade, em especial como parâmetro de controle do devido processo legislativo, cujo estatuto goza de especial proteção como parte do desenho originário de *separação de Poderes* (art. 60, §4°, da Constituição da República), com limites bastante sensíveis até mesmo para eventuais emendas à Constituição.

IV

DA REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS PARA MUNICÍPIOS.

OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ART. 113 DO ADCT.



#### Advocacia do Senado Federal

#### Núcleo de Assessoramento e Estudos Técnicos - NASSET

- 40. Por outro lado, importa notar que a inserção de redução de alíquotas para determinados municípios se deu a partir de emenda do relator ao projeto de lei, ainda na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.
- 41. Na mesma ocasião em que a emenda parlamentar foi proposta, como substitutivo do Relator, o Relatório de Sua Excelência o Senador Ângelo Coronel **observou estritamente o disposto no art. 113 do ADCT**, ao apresentar a estimativa de impacto financeiro da desoneração dos municípios com coeficiente do FPM-Interior inferior a 4.
- 42. O trecho merece transcrição:

Por isso proponho uma emenda que visa reduzir a alíquota da contribuição previdenciária sobre a folha de 20% para 8% aos municípios com populações inferiores a 142.633 habitantes, aqueles que não são contemplados com o FPM Reserva. Tal medida atingiria mais de 3.000 municípios e mais de 40% da população brasileira.

Embora a medida tenha um impacto relevante sobre os serviços prestados pelas prefeituras, reforce os caixas dos entes federados e possibilite uma vida melhor para as pessoas nas regiões mais necessitadas, não há impacto fiscal ao setor público, pois se trata de um aperfeiçoamento do pacto federativo — a União deixa de arrecadar a contribuição dos municípios, tendo efeito líquido neutro ao setor público. Em números, o governo federal deixaria de arrecadar R\$ 9 bilhões anualmente, valores reduzidos diante dos benefícios aos demais entes federados.

Há também de se ponderar que as contribuições previdenciárias a municípios precisam ser revistas, visto o elevado número de renegociações e o tamanho da dívida destes entes da federação.

Mesmo com as frequentes renegociações de dívidas previdenciárias nos últimos 20 anos, anteriormente ao parcelamento propiciado pela EC no 113, de 8 de dezembro de 2021, o estoque dessas dívidas dos municípios chegou a superar os R\$ 100 bilhões, segundo a Confederação Nacional dos Municípios. Atualmente, esse valor está próximo aos R\$ 75 bilhões, porém crescendo vertiginosamente em razão das multas e da incapacidade das prefeituras de contribuir em 20% sobre a folha de pagamentos.

Isso é ainda mais grave quando se nota que o não pagamento das dívidas previdenciárias pode acarretar diversas sanções para as administrações municipais, como a inscrição na dívida ativa da União, bloqueio de repasses do FPM e ação judicial por parte do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para a cobrança da dívida.

Concluo, portanto, pela necessidade de prorrogar a desoneração aos 17 setores e contemplar os municípios com coeficientes do FPM-Interior inferiores a 4, com a redução na alíquota de contribuição previdenciária. Assim, beneficiamos apenas os municípios que não recebem a cota destinada ao FPM reserva, incluindo-os na desoneração da folha.



## Advocacia do Senado Federal

## Núcleo de Assessoramento e Estudos Técnicos - NASSET

- 43. Dessa forma, como se lê, a redução da alíquota de contribuição patronal para os entes municipais foi veiculada por emenda parlamentar (substitutivo) que, na mesma ocasião, apresentou a estimativa de renúncia de receita, e, portanto, cumpriu com a regra estabelecida pelo art. 113 do ADCT, tal como expressamente previsto pelo constituinte reformador, e que, ao contrário do que parece sustentar o autor, não pressupõe a implícita constitucionalização de disposições infraconstitucionais que jamais podem servir de paradigma de controle de constitucionalidade de lei.
- 44. Em outras palavras, o legislador votou pela aprovação da norma e, ainda, pela derrubada do veto integral com plena consciência e responsabilidade acerca dos custos da política pública que pretendeu ver mantida (e ampliada), compreendendo que os méritos da proposta justificam a sua promulgação.
- 45. Trata-se de legítima escolha política, cujo mérito cabe unicamente ao Poder Legislativo.

V

# DA CONTRIBUIÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL AO EQUILÍBRIO FISCAL. INOCORRÊNCIA DE PERICULUM IN MORA.

- 46. Finalmente, cumpre recordar que o compromisso do Congresso Nacional com a responsabilidade na gestão fiscal do País foi demonstrado em múltiplas ocasiões nesta legislatura, como tem sido a regra em sua história.
- 47. Com efeito, o Projeto de Lei Orçamentária Anual relativo ao exercício de 2024 (PLOA/2024) incluiu, na estimativa de receita, a arrecadação adicional de **R\$ 168,5 bilhões**, que estavam condicionados à aprovação de medidas legislativas pelo Congresso Nacional.
- 48. Todas essas medidas foram aprovadas pelo Legislativo Federal, a saber:

Medida	Norma	Valor estimado (milhões)



## Advocacia do Senado Federal

## Núcleo de Assessoramento e Estudos Técnicos - NASSET

Recuperação de créditos no		54.713,7
CARF	Lei nº 14.689, de 2023	
Transação tributária		43.173,8
Subvenção para investimento		35.347,5
Dedutibilidade de juros sobre	Lei nº 14.789, de 2023	13.280,0
o capital próprio		
Fundos fechados	Lei 14.754, de 2023	13.280,0
Tributação de offshores		7.049,2
Exploração de aposta de		728,0
quota fixa	Lei 14.790, de 2023	
Taxas de loteria de aposta de		918,7
quota fixa		
Novo regime de tributação	Instrução Normativa da	2.860,4
simplificada	Receita Federal	

- 49. A preservação do equilíbrio fiscal como meio de alcance do vetor da trajetória sustentável da dívida pública (art. 165, §2°, da Constituição), compromisso do legislador, somente pode ser aferida de forma global, como uma diretiva de longo prazo e considerando toda a atuação do Poder Público.
- 50. Em outras palavras, ainda que uma proposta, isoladamente, possa ensejar renúncia de receita, não é necessário que o legislador a vincule necessária e solenemente a outra fonte de compensação, se, no conjunto das proposições sob sua deliberação, há inequívoco espaço fiscal para que seja acomodada sem risco de prejuízo ao interesse público.
- Nesse sentido, vale destacar, ainda, que a banda de tolerância para a meta de *déficit* fiscal do Governo, estabelecida pelo Ministério da Fazenda em 0,25% do PIB, poderia acomodar os gastos tributários relativos à Lei n. 14.784/2023, mesmo sem



## Advocacia do Senado Federal

## Núcleo de Assessoramento e Estudos Técnicos - NASSET

considerar todas as receitas excedentes que foram garantidas pela atuação do Legislativo em favor do Governo, anteriormente mencionadas.

- 52. Sem embargo, outras medidas para aumento da arrecadação foram aprovadas.
- 53. Por exemplo, <u>o adicional de 1% da Cofins-Importação</u>, prorrogado até 2027, previsto como medida de compensação no bojo da Lei nº 14.784, de 2023 (prorrogação da desoneração da folha); a limitação do Perse, promovida pela Lei nº 14.592, de 2023 (oriunda da MPV nº 1.147, de 2022) redução de 88 códigos CNAE para 44.
- 54. Ainda, a arrecadação federal bateu recorde nos 3 primeiros meses de 2024 (R\$ 657,7 bilhões, acréscimo real de 8,36%). Para o alcance desse resultado, o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros, Claudemir Malaquias, destacou, entre outros, "as recentes mudanças legislativas como fatores perenes para o aumento da arrecadação".
- 55. Dessa forma, é desenganadamente equivocada a ilação de que a lei em comento tenha de algum modo imposto um gasto excessivo ou desarrazoado ao Executivo, ou que possa causar "o esvaziamento do regime fiscal" da União. E, portanto, resta clara a inexistência concreta de *periculum in mora*, afastando-se a possibilidade de concessão da medida cautelar requerida e deferida, em caráter monocrático, pelo eminente Relator.

#### VI

## DO PEDIDO.

- 56. Diante do exposto, o Senado Federal vem à presença de Vossa Excelência requerer, na forma do art. 1.021, §2°, do CPC, que exerça juízo de retratação e, assim o fazendo, revogue a liminar concedida, já que esclarecido e atestado o cumprimento do requisito do art. 113 do ADCT.
- 57. Caso não reconsidere a decisão no mérito, requer seja reconhecida a sua nulidade por violação ao rito disposto no art. 10 da Lei de Regência e pela incompetência do



# Advocacia do Senado Federal

#### Núcleo de Assessoramento e Estudos Técnicos - NASSET

Relator para conceder medida cautelar monocrática, por violação à cláusula de Reserva de Plenário, com imediata suspensão dos efeitos cautelar deferida.

- 58. Por fim, ouvido o agravado e cumpridas as formalidades legais, requer seja o presente recurso submetido ao Egrégio Plenário e provido o agravo interno, seja para reformar a decisão monocrática, seja para cassá-la, conforme os fundamentos anteriormente expostos.
- 59. Requer, ainda, sob pena de nulidade, que todas as intimações sejam efetuadas no nome dos advogados do Senado Federal que subscrevem e, ainda, da ADVOCACIA DO SENADO FEDERAL.
- 60. Nestes termos, pede deferimento.

Em 26 de abril de 2024.

## **HUGO SOUTO KALIL**

Advogado do Senado Federal OAB/DF nº 29179

## MATEUS FERNANDES VILELA LIMA

Coordenador do Núcleo de Assessoramento e Estudos Técnicos OAB/DF nº 36.455

## FERNANDO CÉSAR CUNHA

Advogado-Geral Adjunto do Contencioso OAB/DF nº 31.546

## GABRIELLE TATITH PEREIRA

Advogada-Geral do Senado OAB/DF nº 30.252